



**MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO
CÂMARA MUNICIPAL**

ATA DA REUNIÃO ORDINARIA REALIZADA NO DIA
01 DE AGOSTO DE 2017

N.º 16/2017

PRESIDÊNCIA: Dr. Luís Reguengo Machado, Presidente da Câmara. -----

VEREADORES PRESENTES: Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva, José Manuel Moreira Lopes, Prof.ª
Sandra Maria Morais Guedes Gonçalves e Prof.ª Maria Arlete
Canário Taveira da Costa Gouveia. -----

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Não Houve. -----


SECRETARIOU: António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão. -----

HORA DE ABERTURA: 10:00. -----

OUTRAS PRESENÇAS: Não Houve. -----

LOCAL DA REUNIÃO: Sala de Reuniões nos Paços do Município. -----

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: Aprovada no final da respetiva reunião. -----



SUMÁRIO

	Pág.
I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA	
II – ORDEM DO DIA	
ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
1 – Magnificatwine – Hotelaria e Serviços, Lda – Reconhecimento do Interesse Municipal do Empreendimento Turístico Magnificatwine Hotel Spa 5** - Cumieira.....	4
DIVISÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS	
2 – Delegação de Competências – Informação do Presidente da Câmara Municipal	7
3 – Município de Cascais – "XII Rally de Portugal Histórico 2017" – Pedido de Parecer.....	7
Serviços de Tesouraria	
4 – Resumo dos Fluxos de Caixa do dia 14 a 27 de julho de 2017.....	9
DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA	
5 – Delegação de Competências - Informação do Senhor Vereador em Regime a Tempo Inteiro, José Manuel Moreira Lopes	9
6 – Pedido de Parecer Técnico para os Efeitos Previstos no artigo 54.º da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto – Requerente: Marinete Alves – União de Freguesias de Louredo e Fornelos e Freguesia de Fontes.....	10
7 – Magnificatwine – Hotelaria e Serviços, Lda. – Isenção de Pagamento pela Emissão do Alvará de Licença de Operações Urbanísticas.....	12
UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO AÇÃO SOCIAL E TURISMO	
Serviço da Educação	
8 – Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) 2017/2018 – Aprovação da Minuta do Protocolo a Celebrar Entre o Município e o Agrupamento de Escolas de Santa Marta de Penaguião.....	14



Serviço da Cultura

- | | |
|---|----|
| 9 – Tuna de Carvalhais – Obras de Conservação do Edifício Escolar – Pedido de Subsídio..... | 16 |
| 10 – Grupo Etnográfico de Soutelo – Festas em Honra de S. João – Pedido de Subsídio... | 17 |

Serviço da Ação Social

- | | |
|---|----|
| 11 – APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima – Pedido de Apoio para a Manutenção do Gabinete de Apoio à Vítima de Vila Real..... | 17 |
|---|----|

APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO

- | | |
|---|----|
| 12 – Aprovação da Ata e Encerramento da Reunião | 20 |
|---|----|



I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

II – ORDEM DO DIA

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

**Magnificatwine – Hotelaria e Serviços, Lda – Reconhecimento
do Interesse Municipal do Empreendimento Turístico
Magnificatwine Hotel Spa 5** - Cumieira**

----- 1 – Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “1 – FACTOS -----

----- Por requerimento entrado nos serviços do Município de Santa Marta de Penaguião em 14 de Junho, do corrente ano, registo n.º 1346, a empresa Magnificatwine - Hotelaria e Serviços, Lda, com NIPC 513298665, e sede na Rua da Bouça Boa-Atrás da Mina, na freguesia da Cumieira, concelho de Santa Marta de Penaguião, requer o reconhecimento do empreendimento turístico Magnificatwine Hotel Spa 5** a instalar na freguesia da Cumieira, no concelho de Santa Marta de Penaguião como Projecto de Interesse Municipal. -----

----- A Magnificatwine - Hotelaria e Serviços, Lda, é uma sociedade por quotas, constituída em 9 de dezembro de 2014, com o estatuto de Micro Empresa, tendo sido criada, com o objetivo principal de implementar o projeto de investimento “Magnificatwine Hotel Spa 5**”, e tem como objeto principal a exploração e administração de hotéis, seguindo-se outras atividades complementares a este projeto, designadamente a viticultura e a produção de vinhos comuns e licorosos. -----

----- O projecto de investimento “in casu” foi alvo de uma candidatura ao Programa Operacional Competitividade e Internacionalização Aviso 01-SI-2016 – Inovação Produtiva, Objetivo temático

----- 3. Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas, Prioridade de investimento (PI) 3.3 - A concessão de apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de



desenvolvimento de produtos e serviços, Tipologia de Intervenção: 53 - Qualificação e inovação das PME. -----

----- Na sequência da aprovação da candidatura supra foi outorgado ente a Magnificatwine - Hotelaria e Serviços, Lda, e o Turismo de Portugal, I.P o termo de aceitação, onde se encontra clausulado que o montante de investimento elegível global do projecto é de 4.997.625,00 € e que deverá ficar concluído até 31-12-2018. -----

----- O projecto foi aprovado pela Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, por despacho do Vereador do pelouro com competência delegada de 8-6-2017. -----

----- 2 – DO PEDIDO -----

----- 2.1 ANÁLISE JURÍDICA -----

----- O instituto do reconhecimento de interesse municipal, encontra-se regulado nas alíneas ff) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e na alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I, à Lei 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- De acordo com o clausulado nas alíneas ff) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I, à Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal apreciar e pronunciar-se quanto ao interesse económico do empreendimento para o concelho, e posteriormente remeter à Assembleia Municipal, para efeitos de emissão por aquele órgão de declaração de interesse municipal do projecto em referência, nos termos do disposto na alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- 2.2 MAIS-VALIAS A SEREM GERADAS -----

----- O projeto de investimento em apreço, visa a criação de um estabelecimento destinado à atividade de alojamento, com a CAE 55111 – Hotéis com Restaurante, que se enquadra no setor do turismo, atividade esta que se traduz num serviço transacionável e internacionalizável com relevante criação de valor económico para a região e mais concretamente para o concelho de Santa Marta de Penaguião. -----

----- Ao hotel está associado um conceito único à escala regional, assente no desenvolvimento de turismo de nicho, pelo que a sua mais-valia incidirá em proporcionar, ao hóspede, a realização de uma experiência única e memorável, em torno do vinho produzido na região, considerado um produto de elevado valor acrescentado, e em torno da arte musical, criando sinergias entre os mesmos. Destaca-se o conceito associado ao futuro hotel, alicerçado na atividade vinícola da região, visível nos diversos quartos temáticos, estando cada quarto



associado a uma marca de vinho da região do Douro, não só através da decoração, a qual será personalizada com imagens dessa marca, como também do próprio nome que irá estar associado a cada um dos quartos, permitindo ao hóspede conhecer a história de cada marca e, por outro lado, será uma forma de promover os vinhos da região e desses produtores. -----

----- O empreendimento contará com uma componente de alojamento, com a capacidade máxima de 88 camas, constituída por 42 quartos duplos e 2 suites; restaurante (80 lugares); 2 bares; Spa com uma temática associada à vinoterapia (Vinho do Porto), composto por uma zona de receção, sala de relaxamento com piscina interior aquecida, ginásio, sauna, banho turco, 3 salas de tratamento e estética, zona de espera, espaços técnicos para monitores, bem como dotado de alguns equipamentos fisioterapêuticos; 2 piscinas exteriores (adultos e crianças); 2 salas de auditório (60 e 80 lugares); sala de jogos zona de exposições; centro interpretativo; museu ao ar livre; estacionamento (25 lugares) e espaços ajardinados. -----

----- É expectável que o empreendimento: -----

- Promova o desenvolvimento de Parcerias estratégicas com marcas de vinho da região do Douro, empresas do sector e entidades de ensino *conditio sine qua non* para a afirmação do concelho no mercado nacional e internacional; -----
- Capte um conjunto bastante diversificado de mercados internacionais e que a taxa de ocupação-quarto média seja de 50,0% no primeiro ano, atingindo os 57,50% no ano cruzeiro de 2021; -----
- Obtenha um Valor Acrescentado Bruto de 1.432.201,39 € (valores pós-projecto); -----
- De acordo com o VAL e TIR apurados o Investimento seja recuperado em 9 anos (Período de Recuperação do Investimento); -----
- Gere 36 postos de trabalho, dos quais 11 são qualificados (valores pós-projecto); -----
- Registe 2.373.811,29 € de volume de negócios (valores pós-projecto). -----

----- 3 - DA PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO -----

----- Em coerência com as razões de facto e de direito enunciado tomo a liberdade de sugerir à Câmara Municipal, que nos termos do disposto nas alíneas ff) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I, à Lei 75/2013, de 12 de Setembro, reconheça o relevante interesse económico do empreendimento turístico Magnificatwine Hotel Spa 5** para o concelho, para posterior remessa à Assembleia Municipal, para efeitos de emissão por aquele órgão de declaração de interesse municipal do projecto em referência, nos termos do disposto na alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º do

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 16 de 01 de agosto de 2017



Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, a proposta e submeter a apreciação da Assembleia Municipal nos termos do disposto na alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.** -----

DIVISÃO ADMINISTRATIVA,
FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS

Delegação de Competências - Informação do
Presidente da Câmara Municipal

----- 2 – Presente à reunião informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- "Em cumprimento do n.º 1 do artigo 34.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, levo ao conhecimento do Executivo Municipal as declarações por mim proferidas ao abrigo das competências delegadas pela Câmara Municipal, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º do referido diploma." -----

----- Alterações Orçamentais efetuadas nos dias 03 a 28 de julho de 2017. -----

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

Município de Cascais – "XII Rally de Portugal
Histórico 2017" – Pedido de Parecer

----- 3 – Presente à reunião e-mail do Município de Cascais, dando conhecimento que o ACP-Clube Automóvel de Portugal vai realizar nos dias 2 a 7 de Outubro do corrente ano a prova "XII Rally de Portugal Histórico 2017", cujo percurso abrange vários concelhos, com início e termo no Município de Cascais. -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 16 de 01 de agosto de 2017



----- Neste sentido, solicitam parecer nos termos da alínea e), do n.º 2, do artigo 3.º, do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de Março e aprovação de percurso. -----

----- Sobe com informação do Chefe de Divisão Administrativa, Financeira e dos Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

----- “O ACP-Clube Automóvel de Portugal vai realizar nos dias 2 a 7 de Outubro do corrente ano a prova “XII Rally de Portugal Histórico 2017”, cujo percurso abrange vários concelhos, com início e termo no Município de Cascais. -----

----- De acordo com o disposto no n.º 1 do art.º 3.º do Dec. Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de Março, o pedido de autorização para a realização desta prova é apresentado na Câmara Municipal onde tem o seu termo, ou seja, na Câmara Municipal de Cascais, a quem compete, também, conceder a respetiva autorização, conforme n.º 1 do art.º 8.º do citado diploma, sendo que o pedido deve ser acompanhado do parecer das entidades sob cuja jurisdição se encontram as vias a utilizar (al.ª e, n.º 2 do art.º 3.º). -----

----- Vão ser utilizadas as Estradas Municipais e ou Nacionais, sob jurisdição deste Município, com passagem por Laurentim, Sanhoane, Fontes, Santa Quitéria, Justos, Póvoa da Serra, Soutelo, Paradela do Monte, Fiolhais, Praia Fluvial de Fornelos e Carvalhais. -----

----- Assim, deve o assunto ser presente à reunião da Câmara Municipal, para efeitos de emissão do parecer quanto à utilização das vias supra mencionadas, nos termos da alínea e), do n.º 2, do artigo.º 3.º, do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de Março, o qual deve ter em conta: i) O interesse da atividade em causa relativamente ao interesse de garantir a liberdade de circulação e a normalidade do trânsito; ii) A importância das vias envolvidas no que respeita a capacidade de escoamento de tráfego; e iii) A segurança e a fluidez da circulação (n.º s 3 e 4, do art.º 8.º). “ -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, emitir parecer favorável pela utilização das Estradas Municipais e ou Nacionais, sob jurisdição deste Município, nos termos da informação dos serviços.** -----



Serviços Tesouraria

Resumo dos Fluxos de Caixa do dia 14 a 27 de julho de 2017

----- 4 – Presente à reunião para conhecimento o Resumo dos Fluxos de Caixa de 14 a 27 de julho de 2017, o qual apresenta os seguintes valores: -----

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA			Data:	27/07/2017
Recebimentos			Pagamentos	
Saldo do dia anterior:		179 014,71	Despesas Orçamentais (*)	3 872 515,56
Execução orçamental	109 108,22		Correntes	3 233 975,10
Operações de tesouraria	69 906,49		Capital	638 540,46
			(*) Compromissos	6 732 596,24
Receitas Orçamentais		4 024 395,17	Operações de tesouraria	234 599,74
Correntes	3 502 796,90		Saldo para o dia seguinte:	356 168,26
Capital	521 598,27		Execução orçamental	260 987,83
Operações de tesouraria		259 873,68	Operações de tesouraria	95 180,43
Total		4 463 283,56	Total	4 463 283,56

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA

**Delegação de Competências - Informação do Senhor Vereador
em Regime a Tempo Inteiro, José Manuel Moreira Lopes**

----- 5 – Presente à reunião informação do Senhor Vereador em Regime a Tempo Inteiro, José Manuel Moreira Lopes, com o seguinte teor: -----

----- “No uso das competências que me foram delegadas, nos termos do n.º 1 do artigo 34.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, levo ao conhecimento do Executivo Municipal as decisões proferidas ao abrigo do disposto na alínea y) do n.º1 do artigo 33.º, do mesmo diploma, referentes às obras particulares aprovadas durante o mês de julho de 2017 que constam do mapa anexo à presente ata e da qual faz parte integrante.” -----

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----



**Pedido de Parecer Técnico para os Efeitos Previstos no artigo 54.º da
Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto – Requerente: Marinete Alves – União
de Freguesias de Louredo e Fornelos e Freguesia de Fontes**

----- 6 – Presente à reunião requerimento da Senhora Marinete Alves, na qualidade de mandatária, de Maria da Conceição Esteves Pinto Martins, cabeça de casal na herança aberta por óbito de Ana Augusta Esteves e Manuel Pinto Reis, nos termos do n.º 1 do artigo 54.º da Lei nº 91/95, de 2/9, alterada pela Lei nº 64/2003, de 23/08, para efeitos de celebração de uma escritura de partilha. -----

----- Sobe com informação dos Serviços Técnicos -----

----- “INTRODUÇÃO -----

----- Através do requerimento supra identificado, Marinete Alves, na qualidade de mandatária, de Maria da Conceição Esteves Pinto Martins, cabeça de casal na herança aberta por óbito de Ana Augusta Esteves e Manuel Pinto Reis, solicitou o parecer nos termos do nº 1 do artigo 54º da Lei nº 64/2003, de 23 de Agosto, e ulteriores alterações, para efeitos de celebração de partilha extrajudicial dos prédios que passo a descrever: -----

----- Prédio rústico, sito no lugar denominado “Arribadas”, na freguesia de *Louredo (extinta)*, *omisso* na Conservatória do Registo Predial de Santa Marta de Penaguião, confrontar do norte com Hipólito António Ponce Leão de Bettencourt, do sul com Maria Rosina de Miranda Barbosa Germano Sousa Guedes, do nascente com José Joaquim do Quinteiro e do poente com Manuel Alves Ferrinho, inscrito na matriz predial respetiva sob o *artigo 352-D*; -----

----- Prédio rústico, sito no lugar denominado “Poja do Chão”, na freguesia de Louredo (extinta), *omisso* na Conservatória do Registo Predial de Santa Marta de Penaguião, a confrontar do norte com herdeiros de Maria Amália Pinto Azevedo e Maria Augusta Nogueira, do sul com António Jorge Teixeira e Manuel Rodrigues Teixeira, do nascente com António Augusto Teixeira Nogueira e do poente com José Joaquim do Quinteiro e Maria da Graça do Quinteiro, inscrito na matriz predial respetiva sob o artigo 752-C; -----

----- Prédio rústico, sito no lugar denominado “Pereira”, na freguesia de Fontes, *omisso* na Conservatória do Registo Predial de Santa Marta de Penaguião, a confrontar do norte com Guilherme Teixeira Ventura, do sul com Maximina Teixeira Ventura, do nascente com Manuel Armando Nogueira Laranjeira e do poente com Jaime Alves Martins, inscrito na matriz predial

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 16 de 01 de agosto de 2017



respetiva sob o artigo 26-F; -----

----- Prédio rústico, sito no lugar denominado "Pereira", na freguesia de Fontes, omissa na Conservatória do Registo Predial de Santa Marta de Penaguião, a confrontar do norte e nascente com Caminho, do sul com Emília Alves Pinto e do poente com Ribeiro, inscrito na matriz predial respetiva sob o artigo 30-F. -----

----- PARECER -----

----- Enquadramento do pedido na Lei -----

----- De acordo com o disposto no nº 1 do artigo 54º da Lei nº 91/95, de 2/9, alterada pela Lei nº 64/2003, de 23/08, sob a epígrafe "Medidas Preventivas", "a celebração de quaisquer actos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa vir a resultar a constituição de propriedade ou a ampliação do número de compartes de prédios rústicos carece de parecer favorável da câmara municipal da situação dos prédios". -----

----- Também, de acordo com o que se encontra estabelecido no nº 2 do mesmo artigo, o "parecer previsto no número anterior só pode ser desfavorável com fundamento em que o acto ou negócio visa ou dele resulte parcelamento físico em violação ao regime legal dos loteamentos urbanos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana". -----

----- Enquadramento do prédio nos Instrumentos de Planeamento Territorial -----

----- Tendo em conta a demarcação constante na planta de localização à escala 1/10.000, apresentada pelo interessado e de acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal, os prédios rústicos a que se reporta o pedido em questão, localizam-se: -----

Artigo	Plano Vigente	Classificação de acordo com as plantas
352-D	PDM	O prédio rústico insere-se em <i>Espaços Florestais de Produção</i>
752-C	PDM	O prédio rústico insere-se em <i>Espaços Verdes de Protecção e Salvaguarda</i>
26-F	PDM	O prédio rústico insere-se em <i>Espaços Florestais de Produção</i>
30-F	PDM	O prédio rústico insere-se em <i>Espaços Florestais de Produção</i>

----- 2.3. Especificidades do pedido -----

----- O pedido em questão, visa a ampliação de compartes de: -----

- 2/3 indivisos no artigo 352-D, -----



- ½ indiviso no artigo 752-C e 30-F, -----
- 2/3 indivisos no artigo 26-F. -----

----- 3. PROPOSTA DE DECISÃO -----

----- Considerando que o pedido tem em vista a celebração de uma partilha extrajudicial, visando a ampliação de compartes nos artigos supra, sem parcelamento físico, situação diferente daquela que a Lei pretende salvaguardar nos termos do nº 2 do artigo 54º (parcelamento físico em violação do regime legal dos loteamentos urbanos). -----

----- Estes serviços técnicos são de entendimento que, o pedido formulado não se enquadra no âmbito das medidas preventivas que o artigo 54º da Lei nº 64/2003, de 23/08, pretende abranger, pelo que é passível de ser atendido favoravelmente, propondo-se ao Executivo Municipal que emita parecer favorável à ampliação de compartes requerida. -----

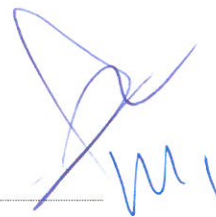
----- Considerando que o requerente solicita a emissão de certidão, propõe-se que a mesma seja emitida de acordo com o presente parecer técnico.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, emitir parecer favorável, nos termos da informação dos Serviços Técnicos.** -----

**Magnificatwine – Hotelaria e Serviços, Lda. –
Isenção de Pagamento pela Emissão do Alvará
de Licença de Operações Urbanísticas**

----- 7 – Presente à reunião requerimento da empresa Magnificatwine – Hotelaria e Serviços, Lda., registado sob o n.º 1795 de 28 de julho do corrente ano, a solicitar a isenção do pagamento pela emissão do alvará de licença de construção, em virtude deste empreendedorismo turístico ser considerado de interesse municipal, criação de novos empregos e divulgação da região Demarcada do Douro e constitui um polo de desenvolvimento sócio-económico do concelho. -----

----- Sobe com informação do Chefe de Divisão Administrativa, Financeira e dos Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----



----- “A empresa Magnificatwine – Hotelaria e Serviços, Ld.^a, com sede na Quinta da Estação, da freguesia da Cumieira, vem ao abrigo do art.º 27.º do Regulamento e tabela de Taxas deste Município, requerer a isenção do pagamento das taxas administrativas pela emissão do alvará das operações urbanísticas de construção de um empreendimento hoteleiro, naquela freguesia, fundamentando-se no facto do mesmo ser considerado “de interesse municipal criação de novos empregos e divulgação da Região Demarcada do Douro e constitui um polo de desenvolvimento sócio-económico do concelho”. -----

----- Sobre a pretensão, cumpre informar: -----

----- O Regime Geral das taxas das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, na redação atual, refere no seu artigo 8.º que “as taxas das autarquias locais são criadas por regulamento aprovado pelo órgão deliberativo respetivo”, dele devendo constar obrigatoriamente, sob pena de nulidade, entre outros requisitos, as isenções e sua fundamentação. -----

----- O Artigo 25.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município, sob a epígrafe “Isenções ou reduções subjetivas” refere que estão isentos do pagamento de taxas, determinadas entidades designadamente as pessoas coletivas de utilidade pública administrativa, as instituições particulares de solidariedade social, bem como as de mera utilidade pública, relativamente aos atos e factos que se destinem à direta e imediata realização dos seus fins estatutários e “desde que lhes tenha sido concedida a isenção de IRC pelo Ministério das Finanças, ao abrigo do respetivo Código”, bem como “ as associações e fundações desportivas, culturais e recreativas sem fins lucrativos, legalmente constituídas” para a “realização de iniciativas e eventos integrados no âmbito das suas finalidades estatutárias”, sendo que a apreciação e decisão de eventual isenção ou redução das taxas previstas, por parte da Câmara Municipal, carece de formalização do respetivo pedido. -----

----- Por sua vez, o Artigo 27.º (Outras isenções) do mesmo Regulamento, estabelece que “além das isenções ou reduções previstas naquele artigo 25.º, “a Assembleia Municipal pode, por proposta da Câmara Municipal, através de deliberação fundamentada, conceder outras isenções totais ou parciais”. -----

----- Assim sendo, deverá o assunto ser presente à reunião da Câmara Municipal, ao abrigo do art.º 27.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município que, em caso, de aprovação deverá ser submetida à apreciação da Assembleia Municipal, sob a forma de proposta, nos termos do



mesmo artigo em conjugação com a al.^a ccc) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.” -----

----- **Deliberação:** Aprovar, por unanimidade, a isenção total do pagamento das taxas pela emissão do alvará de licença de operações urbanísticas e submeter à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 27.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município em conjugação com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

**UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO
AÇÃO SOCIAL E TURISMO**

Serviço da Educação

**Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) 2017/2018 –
Aprovação da Minuta do Protocolo a Celebrar Entre o Município e
o Agrupamento de Escolas de Santa Marta de Penaguião**

----- 8 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.^a Sílvia da Fonseca Silva, com o seguinte teor: -----

----- “O Município de Santa Marta de Penaguião, no âmbito do desenvolvimento das atividades complementares de ação educativa no 1.º ciclo do ensino básico, assumiu com o Ministério da Educação a implementação das Atividades de Enriquecimento Curricular, por força da assinatura com aquele Ministério do contrato de transferência de competências em matéria de educação ao abrigo do Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de Julho e suas posteriores alterações. -----

----- De acordo com a Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de Agosto que define as regras a observar no funcionamento e na oferta das atividades de enriquecimento curricular (AEC), refere no seu art.º 15.º que em caso da entidade promotora das AEC ser uma das entidades referidas nas alíneas b), c) e d) do art.º 13.º (autarquias locais, associações de pais e de encarregados de educação ou instituições particulares de solidariedade social), *“estabelece um protocolo de*

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 16 de 01 de agosto de 2017



colaboração, de acordo com a minuta disponibilizada pela Direcção-Geral dos Estabelecimentos Escolares" (DGEstE), com os respetivos agrupamentos de escolas, onde se identifiquem: -----

- i) As atividades de enriquecimento curricular; -----
- ii) A duração semanal de cada atividade; -----
- iii) O local ou locais de funcionamento de cada atividade; -----
- iv) As responsabilidades e competências de cada uma das partes; -----
- v) Número de alunos em cada atividade: e -----
- vi) Os recursos humanos necessários ao funcionamento das AEC. -----

----- Por outro lado, a duração das atividades, ou seja, os domínios de oferta das AEC e respetivas durações diária e semanal foram fixadas pelo Conselho Geral do Agrupamento de Escolas, após auscultação do Município, ao abrigo da competência que lhe está atribuída pelo art.º 10.º da referida Portaria. -----

----- A Direção do Agrupamento de Escolas de Santa Marta de Penaguião, através de e-mail anexo, de 25 do corrente mês, informa o número de horas necessárias para o desenvolvimento das AEC, bem como o número de profissionais a afetar e a contratar pelo Município, remetendo, ainda, a minuta do protocolo a celebrar entre Agrupamento e o Município. -----

----- Por deliberação tomada em reunião realizada no passado dia 6 de Junho, a Câmara Municipal já havia aprovado o recrutamento de até nove técnicos para a realização das atividades educativas e formativas no âmbito das Atividades de Enriquecimento Curricular, para ocupação dos correspondentes postos de trabalho referidos, mediante a abertura do procedimento concursal comum na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo determinado (termo resolutivo certo a tempo parcial), pelo período de um ano letivo (2017/2018), nos termos das alíneas f) e i) do artigo 57.º do anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho, recorrendo aos mecanismos previstos no Decreto-Lei n.º 212/2009, de 3 de Setembro, na sua redação atual. -----

----- Face ao referido, propõe-se ao Executivo Municipal que delibere aprovar a minuta do protocolo a celebrar entre Agrupamento e o Município, anexo à presente proposta e da qual faz parte integrante." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, a minuta do Protocolo de Colaboração a celebrar entre o Agrupamento de Escolas de Santa Marta de Penaguião e o Município.** -----



Serviço da Cultura

**Tuna de Carvalhais – Obras de Conservação do
Edifício Escolar – Pedido de Subsídio**

----- 9 – Presente à reunião ofício da Tuna de Carvalhais, registado sob o n.º 1631 de 14 do corrente mês de julho, com o seguinte teor: -----

----- “A Tuna de Carvalhais é uma tuna rural de cariz familiar que junta a paixão do toque com a faina da construção de instrumentos (atividade genuína e única no Concelho). -----

----- Desde novembro de 2011 (data do contrato de comodato) que a Tuna de Carvalhais ensaia (inclusiva ensina os mais novos) oficialmente na antiga escola primária de Carvalhais, contudo o citado edifício tem cerca de 35 anos e desde então que não sofreu quaisquer obras de conservação. O edifício está muito deteriorado, quer por fora quer por dentro, devido às intempéries e o uso normal de um edifício escolar. Todos os elementos da Tuna pretendem dar continuidade à nossa música, pelo que desejámos criar melhores condições para o efeito, tanto mais que a cada dia recebemos novos elementos que gostaríamos de acolher com asseio. -----

----- Vimos solicitar o apoio financeiro do Município no investimento /execução das seguintes obras de conservação e beneficiação no edifício cedido à Tuna de Carvalhais, cujo valor é orçado num total de 10.000,00 euros (dez mil euros): -----

----- Substituição da telha incluindo ripagem nova, isolamento térmico, remates e todos os trabalhos necessários; -----

----- Limpeza e pinturas das fachadas exteriores; -----

----- Reparação das caixilharias; -----

----- Colocação de caleiros e tubos de queda de águas pluviais; -----

----- Colocação de um portão de entrada em ferro junto à estrada; -----

----- Pavimentação da entrada desde o portão até ao edifício. -----

----- De referir que as obras de interior serão posteriormente executadas por nós e pessoas amigas, nessa ocasião, solicitaremos apenas alguns materiais (tinta, verniz ou outros).” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, a atribuição de uma comparticipação financeira no valor de 10.000,00€ (dez mil euros), ficando, no entanto, o seu encargo condicionado ao cumprimento do estabelecido na Lei n.º**



8/2012, de 21 de fevereiro (Lei de Assunção de Compromissos e Pagamentos em Atraso) e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, designadamente quanto à existência de fundos disponíveis. -----

**Grupo Etnográfico de Soutelo – Festas em Honra
de S. João – Pedido de Subsídio**

----- 10 – Presente à reunião ofício do Grupo Etnográfico de Soutelo, registado sob o n.º 1726 de 20 do corrente mês de julho, com o seguinte teor: -----

----- “Com o decorrer de 2017, mais um ano em que surge uma nova organização das festas em honra de S. João, Soutelo, Fontes. Trata-se de uma festa que se realiza no dia 19 e 20 de Agosto. -----

----- Estes projectos acarretam muitas despesas, sendo necessário muito empenho material e financeiro, por tal motivo vimos solicitar a Vossa Excelências um subsídio no sentido de podermos levar este projecto a bom Porto.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, a atribuição de uma comparticipação financeira no valor de 700,00€ (setecentos euros), ficando, no entanto, o seu encargo condicionado ao cumprimento do estabelecido na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei de Assunção de Compromissos e Pagamentos em Atraso) e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, designadamente quanto à existência de fundos disponíveis. -----**

Serviço da Ação Social

**APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima – Pedido de Apoio
para a Manutenção do Gabinete de Apoio à Vítima de Vila Real**

----- 11 – Presente à reunião ofício da APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, registado sob o n.º 1496, de 03 do corrente mês de julho, com o seguinte teor: -----

Município de Santa Marta de Penaguião

Câmara Municipal

Ata n.º 16 de 01 de agosto de 2017



----- “Vimos por este meio formalizar a solicitação de apoio por parte da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião ao Gabinete de Apoio à Vítima (GAV) de Vila Real da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), necessário ao desenvolvimento e reforço do trabalho realizado na Região. -----

----- Decorridos estes 21 anos de presença do GAV na Região, a implementação do projeto social de apoio aos cidadãos vítimas de crime, seus familiares e amigos residentes no concelho de Santa Marta de Penaguião tem sido uma história de sucesso. O número de processos de apoio e de pessoas que recorrem aos serviços de apoio emocional, psicológico, social e jurídico tem registado um crescimento contínuo (cerca de 307 processos de apoio em 2016 e cerca de 112 processos de apoio até maio de 2017), e a profícua e permanente colaboração interinstitucional com a Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, as Juntas de Freguesia, o Hospital, Centros e Unidades de Saúde, o Tribunal, a Polícia de Segurança Pública e a Guarda Nacional Republicana, as Instituições Particulares de Solidariedade Social e muitas mais instituições e organizações presentes no concelho em muito tem contribuído para uma resposta de qualidade às solicitações de quem nos procura. -----

----- Elencam-se, seguidamente, algumas instituições que connosco colaboram; -----

- Tribunais Judiciais da Comarca de Vila Real; -----
- Polícia de Segurança Pública; -----
- Guarda Nacional Republicana; -----
- Agrupamento de Escolas do Distrito de Vila Real; -----
- Centro Hospitalar de Trás os Montes e Alto Douro; -----
- Centros de Saúde do Distrito de Vila Real; -----
- Unidades de Saúde Familiar do Distrito de Vila Real; -----
- Universidade de Trás os Montes e Alto Douro; -----
- Direcção-Geral de Reinserção Social; -----
- Instituto de Segurança Social - Serviços locais; -----
- Comissões de Proteção de Crianças e Jovens; -----
- Cruz Vermelha Portuguesa; -----
- Cáritas; -----
- Santas Casas da Misericórdia. -----

----- Permitam-nos destacar o trabalho desenvolvido no âmbito da prevenção da violência e do

Município de Santa Marta de Penaguião

Câmara Municipal

Ata n.º 16 de 01 de agosto de 2017



crime, através da realização de múltiplas acções de sensibilização e consciencialização do público em geral e de grupos específicos (como pais e encarregados de educação, crianças e jovens) nas escolas do distrito e da realização de ações de caráter formativo dirigidas aos profissionais de diferentes áreas de atuação. -----

----- Destacamos ainda o desenvolvimento de projetos cujas ações tiveram um papel de relevo para a região. Em 2006, a APAV levou a cabo o projecto "Violência Doméstica", no âmbito do Programa INTERREG III A Portugal - Espanha, uma iniciativa co-financiada pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), cuja ação principal visou a construção de uma Casa de Abrigo para Mulheres e Crianças Vítimas de Violência Doméstica. Mais recentemente, foi levado a cabo o projecto *IOOViolência - Prevenção da Violência na Comunidade Escolar - no âmbito do Programa de Acção "Parcerias para a Regeneração Urbana designada Articular"*, promovido pelo Município de Vila Real, iniciativa integrada no Programa Operacional Regional do Norte (ON 2 - O novo Norte) e com comparticipação financeira pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER). O projecto direccionou a sua acção para a prevenção da violência junto da comunidade escolar, através do envolvimento activo de todos os actores educativos. Em 2016-2017 a APAV tem vindo a desenvolver o projeto Junt@s na Prevenção da Violência contra as Crianças, resultante da cooperação entre a instituição e a Fundação Jumbo da Juventude. Este projeto tem como objetivo principal o desenvolvimento de ferramentas de intervenção inovadoras para a prevenção de violência contra crianças e proteção dos direitos das crianças vítimas. -----

----- O empenho e dedicação dos nossos Voluntários/as têm permitido a consolidação e alargamento das atividades do GAV de Vila Real, visando uma melhor e eficaz resposta às necessidades das vítimas de crime, seus familiares e amigos. -----

----- Solicita-se apoio financeiro no montante dois mil euros, de modo a possibilitar a manutenção do Gabinete de Apoio à Vítima e os seus serviços à comunidade. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, deixar o assunto pendente para uma próxima reunião.** -----

APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO

Aprovação da Ata e Encerramento da Reunião

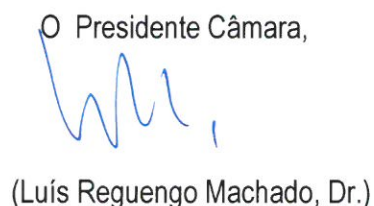
----- 12 – E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e por mim, António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão, com funções de Secretário que a elaborei. Foi encerrada a reunião quando eram 10:45 horas. -----

O Chefe de Divisão,



(António Augusto Amaral Sequeira)

O Presidente Câmara,



(Luís Reguengo Machado, Dr.)